Governo anuncia arranque de novos projetos em energias renováveis

6 de Fevereiro, 2017

O Governo avançou este fim-de-semana que vão arrancar novos projetos em energias renováveis com uma capacidade instalada de cerca de 750 megawatts e um investimento potencial superior a 800 milhões de euros. Segundo o Ministério da Economia, citado pela Lusa, “a par dos 380 megawatts de licenças para centrais solares, sem tarifas subsidiadas pelos consumidores e com cações já entregues pelos promotores, o Governo aprovou 41 megawatts relativos a três centrais de biomassa”.

A este conjunto de investimento junta-se “o projeto de energias das ondas Windfloat que representa um investimento de cerca de 125 milhões de euros, a realizar nos próximos anos e cuja ligação a terra será feita sem onerar os consumidores (ao contrário do programado), adianta o gabinete do secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches.

O executivo adianta que a EDP Renováveis anunciou, no quadro de um acordo com o fabricante de aerogeradores Senvion, a instalação de mais 216 megawatts em parques eólicos.

Indica ainda que, “no âmbito do grupo de trabalho criado pelo Governo para fazer a reforma da floresta, serão brevemente lançados cerca de 60 megawatts de licenças, destinadas a centrais de biomassa”.

Portugal teve, em 2015, uma quota de 27% de energias renováveis no mix energético nacional, a sétima maior da União Europeia que, no seu conjunto, chegou aos 16,4%, divulgou, já este mês, a Comissão Europeia.

A União da Energia confirma assim um aumento constante na quota de energia proveniente de fontes renováveis desde 2013 (25,7% do consumo final bruto de energia), ano em que estava já ultrapassada a meta de pelo menos 20% até 2020.

“Com exceção de autorizações resultantes de pedidos anteriores, a nova orientação política do Governo passa pela autorização de centrais sem tarifas ‘feed-in’ (ou seja sem subsídios pagos pelos consumidores)”, de acordo com o Ministério da Economia.

O gabinete de Jorge Seguro Sanches recorda que “a subsidiação da atual potência instalada custa aos consumidores portugueses um sobrecusto de cerca de 600 milhões de euros por ano, responsável, em boa parte, pela dívida tarifária que, no início de funções deste Governo era de cerca de 5 mil milhões de euros”.